

## Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



### ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 18/05/2001

Aos 18 dias do mês de maio de 2001, no salão de festas do Clube Floresta, em Amparo, realizou-se a 10.ª Reunião Extraordinária do CBH-PCJ, registrando-se a participação de 110 (cento e dez) pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil e do Estado, conforme lista de presença anexa, e público, registrado em livro próprio. Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta pelos senhores: César Pagan - Prefeito de Amparo; Cláudio de Mauro - Prefeito de Rio Claro e Presidente do CBH-PCJ; José Machado - Prefeito de Piracicaba, representando o Consórcio Intermunicipal dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; Willer Pós - Diretor Geral do IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas; Eduardo Paschoalotti - representante do CIESP/ Limeira e vice-presidente do CBH-PCJ; Luiz Roberto Moretti - Diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário-executivo do CBH-PCJ; Dr. Rui Brasil Assis, Secretário Adjunto da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do COFEHIDRO.

**1. Abertura:** Dando início à reunião, o Eng.º Moretti registrou a presença dos membros do CBH-PCJ e demais personalidades. Informou a existência de quórum e passou a palavra ao Presidente do CBH-PCJ, que agradeceu a presença de todos; ao Prefeito de Amparo e ao Presidente do Clube Floresta, de Amparo, pela cessão das dependências para a realização da reunião, e declara iniciada a reunião, colocando a palavra à disposição dos integrantes da mesa. Com a palavra, o Prefeito de Amparo, César Pagan, cumprimentou e agradeceu a presença de todos para discutirem a questão dos recursos hídricos, em especial a formação das Câmaras Técnicas, e o encaminhamento da discussão sobre a Usina Carioba II na parte da manhã. Mencionou que à tarde ocorrerá o 1º Seminário Regional sobre a “Compra de Esgoto Tratado” para despoluição de bacias, que será ministrado pela Dra. Dilma Sely Penna Pereira, que é Superintendente de Gestão de Recursos Hídricos da ANA. Retornou a palavra, o Presidente do Comitê, o prefeito Cláudio de Mauro, para o início dos trabalhos. Este passou a palavra para o Sr. Eduardo Paschoalotti, para as informações da Vice-Presidência.

**2. Comunicações:**

**2.1. Comunicados do vice-presidente:** O Sr. Eduardo Paschoalotti, vice-presidente do CBH-PCJ, cumprimenta a todos, e informa que dia 03/05 houve mais uma Audiência Pública, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, para discussão do antigo PL20, hoje PL 676, onde os deputados estavam, mais uma vez, tentando ouvir os vários segmentos da sociedade sobre a votação da Lei da Cobrança pelo uso da água no Estado de São Paulo. Comunicou que vários membros deste Comitê, principalmente dos setores de usuários de água e muitas ONG's estavam presentes.

Comentou que espera que os deputados já tenham conhecimento mais profundo de todo o processo que se desenvolveu nos Comitês e ponham em votação esse PL, que aguardamos com certa ansiedade, para poder dar encaminhamento às questões de recursos financeiros para o financiamento das obras necessárias na bacia. O Vice-presidente informou que a Secretaria Executiva do CBH-PCJ recebeu o CD com o EIA/RIMA da Carioba II, protocolado pelo empreendedor. Quem tiver interesse em receber o CD, existem 120 para serem distribuídos.

**2.2. Comunicados do Secretário-executivo:** O Eng.º Moretti, secretário-executivo, informou que de 17 a 21 de junho está confirmada a realização do III Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas na cidade de Belo Horizonte. No dia 17, que é um Domingo, à noite, terá a abertura do evento contando com inúmeras autoridades do Governo Federal, do Governo de Minas e dos municípios, às 20:00hs, no Hotel Grandarrell. Este evento terá três grandes temas: dia 18: Cobrança como Instrumento de Gestão; dia 19: Educação Ambiental como Instrumento de Gestão e dia 20: A participação dos Comitês na definição das grandes obras hídricas nacionais. Salientou que é uma oportunidade para todos os membros dos Comitês de Bacias do país participarem e darem contribuições ao fortalecimento das ações dos Comitês de Bacias. Informou que na segunda quinzena de novembro será realizado o I Congresso Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Concurso de Melhores Práticas em Gestão de Recursos Hídricos. Estes eventos estão sendo programados por todos os Comitês de São Paulo, a Secretaria do CORHI, FEHIDRO e toda a estrutura do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, no sentido de comemorarmos os 10 anos da Lei 7663, que é de 30/12/91. Serão premiados os Comitês de Bacias que, de acordo com regras que estão sendo estabelecidas, desenvolveram nesses anos todos, o engrandecimento e o fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Com relação à Agenda 21, o CBH-PCJ, na sua última reunião, aprovou uma série de emendas à Agenda 21, que foram encaminhadas à Secretaria do Meio Ambiente e, recentemente ocorreu uma audiência em São Paulo, onde a Arquiteta Cecília, funcionária do nosso Escritório do DAEE de Campinas representou nosso Comitê. O Eng.º Moretti solicitou à mesma que fizesse breve relato sobre essa Audiência da Agenda 21 e como foram consideradas as propostas do CBH-PCJ. A arquiteta Cecília, do DAEE, informou que esteve na Secretaria do Meio Ambiente representando o Comitê e apresentando as propostas sobre a Agenda 21 e que aconteceu só um pequeno incidente, onde nossas propostas não chegaram a tempo para serem apresentadas no Caderno da Secretaria do Meio Ambiente, da organização da Agenda 21. Expôs que foram colocadas as propostas do Comitê, uma a uma, e

todas foram aceitas pela Comissão da Agenda 21. Depois dessa Audiência será realizada uma regional, onde serão discutidas todas as propostas da Agenda 21 e, depois, elaborada a proposta a nível de região sudeste, que será juntada à proposta Nacional. Serão mais três Encontros. Passou-se a palavra para o Eng.º Moretti que complementou esclarecendo que as propostas aprovadas em reunião do Comitê, no dia 30 de março, uma sexta-feira, foram encaminhadas, por e-mail, dia 02/04, segunda-feira, à Secretaria do Meio Ambiente, e a data limite era 06 de abril. Ressaltou que as propostas do CBH-PCJ foram todas aceitas e incorporadas à proposta da Agenda 21 Estadual. Informou que a proposta aprovada está disponível para download no site do Comitê: [www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br). Outro assunto informado foi sobre os recursos do FEHIDRO: conforme a Deliberação de 30/03, na reunião de Indaiatuba, a Secretaria Executiva do Comitê, com base no recurso disponível, preparou os expedientes e, conforme deliberado, o Senhor Presidente do Comitê fez as indicações ao FEHIDRO de todos aqueles empreendimentos que tinham sido hierarquizados dentro da disponibilidade de recursos do FEHIDRO. Portanto já foram indicados ao COFEHIDRO e já foram encaminhados também os documentos técnicos aos Agentes Técnicos para análise os seguintes empreendimentos: “Estação Elevatória e Coletor Tronco do Parque Jambeiro”, da SANASA; a “Elaboração ou readequação dos projetos de coleta, afastamento e tratamento de esgotos dos municípios de Analândia, Amparo, Ipeúna, Jaguariúna, Louveira, e Piracaba”, cujo tomador é o Consórcio PCJ; o “Levantamento e cadastro de poços tubulares profundos”, do Instituto de Geociências da UNESP; “Elaboração e preparação de documentos para outorgas”, da Prefeitura de Ipeúna; a “Duplicação da capacidade de vazão do córrego Barroca Funda”, da Prefeitura de Limeira; “Execução de drenagem urbana no Jardim Mirante de Sumaré”, da Prefeitura de Hortolândia; “Implantação de galeria de águas pluviais no Jardim Alvorada”, da Prefeitura de Charqueada; “Sistema de aeração por difusores da ETE do Ribeirão dos Toledos”, do Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara D’Oeste; “Sistema de gradeamento de desarenador e removedor de óleos da ETE Quilombo”, do DAE de Americana; “Aquisição de equipamentos para estação de tratamento, desidratação e disposição final de esgotos de lodo de ETA”, do SEMAE/Piracaba e o “Interceptor Atibaia, emissário e Estação Elevatória Matadouro e Ponte”, no município de Itatiba, cujo tomador é a SABESP. Esses são os empreendimentos que já foram encaminhados tendo em vista a disponibilidade de recursos existentes até a presente data. O Eng. Moretti acrescentou que houve uma consulta ao COFEHIDRO, com base em uma contribuição feita pelo Dr. Rui Brasil, na última reunião, quanto à possibilidade de serem firmados os

financiamentos na modalidade reembolsável. O CBH-PCJ recebeu resposta que, no caso de municípios, serviços de água e entidades do gênero, não poderia, o FEHIDRO, fazer financiamento na modalidade reembolsável. Deste modo, o senhor Presidente encaminhou um ofício ao COFEHIDRO informando que o DAE de Americana, o DAE de Santa Bárbara D’Oeste, o SEMAE de Piracaba e a SANASA de Campinas, cujas solicitações em deliberação estavam na modalidade reembolsável, passariam para a modalidade não reembolsável. Assim, esses quatro projetos, e todos os demais serão financiados na modalidade não reembolsável. No caso da solicitação da SABESP, não existe um posicionamento do Banco Central a respeito. Como o empreendimento de Itatiba, da “Estação elevatória, emissário e interceptor”, protocolado pela SABESP, seria o único de todo o rol de empreendimentos e tomadores que foram hierarquizados, que ficaria com pendência no FEHIDRO. A SABESP solicitou consulta ao Plenário para alteração, da modalidade de reembolsável para não reembolsável. Foi aberta a palavra ao Plenário para manifestações: o Secretário de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente da Prefeitura de São Pedro, Sr. Alex Salvany, mencionou que é uma questão complicada para se decidir, tendo em vista que a SABESP tem recursos próprios. O Eng.º Francisco José Toledo Pizza, da SABESP, esclareceu que a SABESP é uma concessionária que obtém recursos financeiros tanto quanto qualquer serviço autônomo de água e esgoto, e tem que ser tratada igualmente, pois não é a SABESP que é punida, o fato de ser fundo perdido ou não, e sim o município que estaria sendo beneficiado. A Prefeitura de Piracaba, por meio do seu Prefeito José Machado; a Câmara de Vereadores Itatiba, por meio de seu Presidente; a entidade PRSERV-AÇÃO, por meio do Sr. Marco Pareja; a Prefeitura de Cosmópolis, por meio do Prefeito Pivatto; se colocaram favoráveis que o recurso do FEHIDRO, para a SABESP, para fazer as obras de Itatiba seja repassado na modalidade sem retorno. Colocada em votação a proposta de incluir o empreendimento da SABESP, no município de Itatiba, na modalidade não-reembolsável foi aprovada por unanimidade. O Eng.º Moretti, complementou informando que os recursos do FEHIDRO foram distribuídos dentro da disponibilidade existente. Foram reservados recursos para o Relatório de Situação: 50 mil reais; para o Programa de Gestão Municipal de Recursos Hídricos: 100 mil reais; para a SANASA: 378 mil reais; para o Consórcio: 220 mil reais; para aqueles tomadores já citados no grupo 1, no valor de 730 mil reais. O restante dos recursos foram para o grupo 2, atendendo até o 4º classificado, que foi a SABESP. Houve um resíduo final de 229 mil reais, que não permitiu contemplar o 5º classificado, que era a SANASA, novamente, com 332 mil reais. Foi feita consulta à

SANASA, sobre o interesse em receber uma quantia menor do FEHIDRO, aumentando a contrapartida, ou se a SANASA aceitaria aguardar a Deliberação dos novos recursos que certamente virão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos passando-se os recursos ainda disponíveis no CBH-PCJ para empreendimentos que foram classificados em posições inferiores, para não ficar com esses recursos parados. A SANASA, se manifestou favorável, aprovando a passagem de um empreendimento na sua frente, no aguardo dos recursos do CRH para receber integralmente a verba que ela havia reivindicado. O Eng.º Moretti informou que o mesmo aconteceu com o Departamento de Água e Esgoto de Rio Claro. Com isso, está sendo possível encaminhar a indicação ao COFEHIDRO e os documentos ao Agente Técnico, para as assinaturas dos contratos, do “Interceptor do Córrego do Povo” da Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões, no valor de 77 mil reais, e da “Revisão do Plano Diretor de Esgotos do município de Atibaia”, no valor de 55 mil e duzentos reais. Havia a possibilidade de se fazer mais uma indicação que seria o “Interceptor e Linha de Recalque do São Marcos Morada do Sol, do SAAE de Capivari, no valor de 72 mil reais, entretanto os outros classificados em 9º e 10º lugares, apesar de consultados, não se manifestaram, não abrindo mão de sua posição na hierarquização aprovada em 30/03/01. Ficou, portanto, um saldo pequeno de recursos aguardando a Deliberação do CRH. Com relação a isso, esclareceu que foi feito contato com a Secretaria do COFEHIDRO, quando foi informado de que está pré-agendada a reunião do COFEHIDRO, que aprovará os critérios e a distribuição de recursos do FEHIDRO aos Comitês antes de serem levadas para o CRH, para o dia 12 de junho. A reunião do CRH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos), que faz as Deliberações das verbas para os Comitês está agendada para o dia 19 de junho. Assim, estima-se que no final de junho ou começo de julho, os recursos do FEHIDRO poderão estar disponíveis para se fazer as indicações de todos aqueles que pediram recursos no CBH-PCJ. Outro comunicado se refere à realização, hoje à tarde, conforme deliberado na última reunião em Indaiatuba, de um dos três Seminários Regionais, previstos para a Bacia PCJ, para tratar do projeto de “Compra de Esgoto Tratado”, da ANA. O primeiro deles acontecerá neste dia, às 14 horas, nesse mesmo recinto, com a presença da Dra. Dilma Pereira. Os outros dois Seminários já foram agendados com o apoio do SEMAE, de Piracicaba, para o dia 08 de junho, na cidade de Piracicaba, e o terceiro seminário será na bacia do rio Jundiáí, na cidade de Campo Limpo Paulista, agendado para o dia 06 de julho. Essas datas já foram agendadas com o pessoal da ANA. O Sr. Piva, da Prefeitura de Jaguariúna, questionou: “com relação aos recursos do FEHIDRO, parece que houve uma redução nos valores e também um aumento na contrapartida, nos valores que

foram pleiteados pelo Consórcio PCJ?” O Secretário-executivo esclareceu que na Deliberação não teve redução nenhuma. O que aconteceu foi que nas negociações que ocorreram, no âmbito do GT-PL, antes da proposta chegar até o Plenário, houve uma renegociação de valores para adequação dentro dos limites que tinham sido estabelecidos pelo Plenário e houve um aumento da contrapartida por parte dos municípios no projeto do Consórcio. O Sr. Piva, perguntou se existe a possibilidade de analisarmos o retorno à contrapartida anterior ou não? O Eng.º Moretti mencionou que com os recursos disponíveis não é possível, sendo necessário nova Deliberação alterando a distribuição já aprovada. A Prefeitura de Amparo, também solicitou a diminuição de contrapartida do Projeto do Consórcio, bem como o próprio Consórcio e a entidade Preserv-Ação apoiaram o pleito. O Eng.º Moretti esclareceu porque houve redução dos recursos do FEHIDRO e o aumento da contrapartida. Foi apresentada pelo consórcio PCJ, uma contrapartida inicial de 20%, que era o mínimo exigido. Apesar do projeto tratar de questões individuais de cada município, pedia-se para ser enquadrado como de interesse regional, garantindo-se, dessa forma, quase que uma certeza na obtenção do recurso do FEHIDRO, sem, inclusive, participar da hierarquização que foi feita. Nas discussões que ocorreram, com representantes de do Estado, da Sociedade civil e de diversos municípios que lá estavam, que compõem o GT-PL, houve um entendimento de que a atitude de se juntar vários projetos, com um único tomador, era interessante, e que, apenas, se exigiu garantir que os recursos para esses municípios fosse oferecidos com uma contrapartida maior, por essa garantia. Outro esclarecimento feito foi que o Comitê na sua Deliberação estabeleceu limites para projetos de até 80mil reais e, para alguns municípios, os projetos estavam extrapolando esses limites. Considerou-se, então, *adequá-los dentro dos limites que o Plenário do Comitê havia estabelecido.*

**2.3. Comunicados do Presidente:** O Prefeito de Rio Claro, Cláudio de Mauro, Presidente do CBH-PCJ, comunicou que participou, em Brasília, na semana retrasada de uma reunião da Comissão Especial de Energia, na Câmara Federal, que discutiu a questão do racionamento de energia elétrica. Representantes da Secretaria Nacional do Ministério das Minas e Energia teceram comentários à respeito do Comitê das Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiáí, altamente elogiosos, dizendo que a nossa capacidade de organização, na região, deve ser modelo nacional, e mais, que a discussão à respeito da questão das termelétricas, tanto da TPP como da Carioba II passa obrigatoriamente pela discussão no Comitê. O Ministério das Minas e Energia entende que este Comitê tem um nível de organização adequado para tratar destes assuntos e, portanto, delega para nossa comunidade a solução e o encaminhamento dessa questão. O Presidente

participou de uma discussão das ASSEMAEs, promovida pela ASSEMAE, onde o Consórcio também esteve presente, quando foi tratada a questão do projeto da Lei de Saneamento. Há uma discussão muito grande à respeito dessa questão da Lei de Saneamento, que está tramitando em regime de urgência, devendo ser votado nesses próximos dias. Houve, depois disso, uma reunião promovida pelo Consórcio, em Itatiba, onde também esteve presente, na qual deliberou-se por mandar uma solicitação para que o Projeto de Saneamento Básico trate separadamente a questão da Política Nacional de Saneamento Básico, que todos entendem que é absolutamente necessária, e que precisa ser definida separadamente da questão da titularidade dos serviços. O entendimento, nessa reunião do Consórcio, é que o tema “titularidade” tem que ser mais aprofundado, mais discutido e sem interferência na autonomia dos municípios e dos departamentos autônomos e sem obrigatoriedade de concessões e formações de grupos regionais. Solicitou que o Comitê apoie a iniciativa do consórcio e que emita manifestação com a posição de que se discuta a questão da Política Nacional de Saneamento, mas que a questão da titularidade seja mais debatida e com presença e participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Colocou em votação essa proposta e foi aprovada por unanimidade. O Presidente também informou que na semana retrasada esteve em Presidente Prudente, fazendo uma palestra, no Comitê da Bacia do Pontal do Paranapanema, que tem muito interesse em participar, de uma maneira mais ativa, com o Comitê da Bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiá, nas discussões da questão do Comitê Federal. Lá, também há essa questão, ligados ao Estado do Paraná. O Presidente informou que o Prefeito de Teodoro Sampaio, pediu para que comunicássemos ao Consórcio da Carioba II, que o Pontal do Paranapanema gostaria de tratar assuntos referentes à termelétrica naquela região. Então, passamos um ofício para a Carioba II, já informando essa solicitação do Comitê da Bacia do Pontal do Paranapanema. Também informou que o Deputado Fernando Gabeira, na reunião da Comissão Especial sobre energia, fez uma manifestação à respeito dos acontecimentos de Paulínia, à respeito da contaminação, em função das atividades desenvolvidas pela SHELL. Ressaltou que na reunião passada, em Indaiatuba, este Comitê aprovou a realização de consulta à CETESB para saber que providências estão sendo tomadas referentes à esse assunto, que já foi encaminhado. O Presidente informou que o Deputado Fernando Gabeira manteve um contato com a Shell, recebendo a informação que a empresa estava preocupada com o assunto, recebendo orientação para que procure o nosso Comitê para tratar desse assunto. O Sr. Marco Pareja levantou também o problema que vem ocorrendo na região de Santo Antônio da Posse, com os resíduos no aterro industrial chamado Mantovani e que hoje à tarde terá uma reunião com o

Prefeito de Santo Antônio de Posse para tratar desse assunto. O Presidente mencionou que aguardará manifestação formal, para que o Comitê possa tomar algum tipo de providência. O Sr. André Guimarães, representante ambientalista no CONSEMA, solicitou convocar o Diretor Presidente da CETESB, Dr. Dráusio Barreto, para vir a este comitê fazer um relatório, ou o Diretor de Despoluição e Controle, Sr. Orlando Cassetari, para que apresentem a esse Comitê o que foi feito e quais eram as reais conseqüências da contaminação da Shell. O caso do Aterro Mantovani tem uma repercussão paralela porque muitos materiais que estavam na Shell foram encaminhados para aquele aterro que foi fechado pela CETESB no ano de 1987. O Presidente Cláudio de Mauro esclareceu que o Comitê já fez consulta à CETESB, estando aguardando manifestação. O Eng.º Lúcio, da CETESB de Campinas, esclareceu que, com relação ao Aterro Mantovani, já vem sendo cuidado há bastante tempo e que, recentemente, a CETESB autuou 59 empresas que teriam depositado resíduos nessa área e vem mantendo a autuação sobre o empreendedor, o dono da área. O assunto também já vem sendo tratado pelo Ministério Público. Está prevista uma reunião, dia 30 de maio, em São Paulo, com as indústrias que depositaram resíduos nesse Aterro. O Presidente solicitou, mais uma vez, que o Comitê possa ter informações oficiais a respeito desse assunto. Um outro informe da Presidência é que no dia 16 de abril, esteve na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em Brasília, que aprovou a criação do Comitê Federal do Piracicaba. Depois disso houve reunião presidida pela Agência Nacional de Águas, em Brasília, com a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, o Comitê, o Consórcio, o IGAM, e representantes da região, para se discutir um cronograma para implantação da cobrança e se discutiu a respeito da formação de um Comitê único nas Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá, incluindo os municípios do Estado de Minas Gerais. Passou-se a palavra ao Prefeito José Machado que fez alguns esclarecimentos sobre o assunto, dizendo que a Diretoria do Consórcio, entende, baseada na legislação e na posição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de que não é possível criar um Comitê Federal abrangendo bacias que não sejam de rios federais. Isso posto, o entendimento da Diretoria do Consórcio é de que deve ser formado um Comitê Federal da Bacia do Rio Piracicaba. O Sr. Eduardo Paschoalotti levantou uma questão sobre essa discussão do Comitê Estadual e Comitê Federal, que isso é um assunto que demanda um certo tempo, uma discussão, um amadurecimento das idéias de todos os segmentos envolvidos, de todos os participantes dessa questão e tem que ser muito discutido. Nas reuniões com a ANA, sente-se uma forma de pressão da Agência Nacional de Águas, na medida que ela exige a criação do Comitê Federal para aceitar o pleito dos municípios para

a liberação dos recursos do projeto de “compra de esgoto tratado”. Após, foram feitos comentários do Eng. Pizza, da SABESP e do Eng. Moretti, sobre formas de priorização de pedidos de obras para envio à ANA. O Prefeito Cláudio de Mauro, retomando a palavra comentou que com a existência de nosso Plano de Bacias 2001/2003, todos os projetos que estão ali elencados podem ser encaminhados para a Agência Nacional das Águas, como projetos prioritários. Assim, esses projetos que estão sendo negociados com a ANA, se constantes do Plano de bacias, têm que ter o respaldo efetivo do Comitê. O CBH-PCJ não pode, absolutamente, dificultar a obtenção de recursos da ANA. Colocou como proposta que a diretoria do CBH-PCJ envie todos os esforços para viabilizar as assinaturas de contratos com a ANA no projeto “compra de esgoto tratado”. Tal proposta foi aprovada por unanimidade. **3. Leitura e Aprovação da Ata 15ª Reunião Ordinária:** O Presidente do CBH-PCJ, Cláudio de Mauro passou a tratar da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ, realizada em 30/03/2001, no salão de eventos do Indaiatuba Clube, em Indaiatuba. Foi dispensada a leitura por ter sido encaminhada antecipadamente, aos membros do Comitê. O Sr. Flávio Gordon, representante da Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico não pode participar da reunião, mas encaminhou e-mail com algumas considerações na Ata: 1.º) nos assuntos a deliberar, item 5.1 – Deliberação CBH-PCJ n.º100/2001, solicita para acrescentar no final do documento que uma das abstenções foi da Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico e 2.º) ainda nos assuntos a deliberar, item 5.2 – Deliberação CBH-PCJ n.º 101/2001, acrescentar sua intervenção feita naquela oportunidade : “dado o porte da obra, dobrando a produção da empresa de 4 milhões de hectolitros para 8 milhões de hectolitros, em que pese todo o esforço das Câmaras e Grupos Técnicos do Comitê em elaborar este Parecer Técnico sobre o RAP da ampliação desta fábrica, em Jaguariúna, entendo que o empreendimento exige, para se viabilizar, um Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e seu respectivo Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA), a ser apreciado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), garantindo-se o direito das Audiências Públicas”. Sem outras manifestações, foi colocada em votação a Ata da 15.ª Reunião Ordinária, sendo aprovada por unanimidade, com as 2 inclusões da Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico. **4. Apresentação das Câmaras e Grupos Técnicos do CBH-PCJ:** O Secretário-executivo do CBH-PCJ apresentou as atribuições e formas de composição de todas as Câmaras e Grupos Técnicos do CBH-PCJ: Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL); Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA);, Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN); Comissão Tripartite para Implantação

da Fundação Agência de Bacias (CT-AG); Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico (GT-MH); Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL); Grupo Técnico de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (GT-ID); e Grupo Técnico de Águas Subterrâneas (GT-AS). Apresentou cada um dos atuais coordenadores, as respectivas estruturas, e atividades principais. Falou sobre a necessidade de alteração da composição das Câmaras e Grupos Técnicos a cada 2 anos e que já seriam eleitas, nesta oportunidade, entidades suplentes, para cada uma das Câmaras e Grupos Técnicos, para, caso as eleitas faltem em 2 reuniões seguidas, sejam automaticamente substituídas pelos coordenadores. **5. Assuntos a deliberar: Deliberação CBH-PCJ n.º108/2001** - a minuta de Deliberação n.º 108/2001, altera a composição das Câmaras e Grupos Técnicos do Comitê PCJ. O eng. Moretti informou que, dentre os membros que compunham as Câmaras e Grupos Técnicos mencionados nas Deliberações do CBH-PCJ constam entidades que não foram eleitas para o mandato 2001/2002. Solicitou que cada segmento: Estado, Sociedade Civil e Municípios, se reúna, separadamente nos locais indicados e elejam seus representantes nas diversas Câmaras e Grupos Técnicos do CBH-PCJ. Após as reuniões setoriais, procedeu-se às indicações dos novos membros, representantes de cada um dos segmentos que compõem o CBH-PCJ. A Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) passa a ser assim constituída: I – 5 (cinco) representantes dos órgãos e entidades estaduais: SMA - Secretaria do Meio Ambiente; DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; SABESP - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; CETESB - Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental; e Secretaria da Saúde. Como suplentes: EMPLASA - Secretaria de Planejamento; Secretaria de Energia; II - 5 (cinco) representantes das entidades da Sociedade Civil: SORIDEMA - Associação Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente; Sindicato Rural de Indaiatuba; ASSEMAE - Associação dos Serviços Municipais de Saneamento - Regional São Paulo-Centro; PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas; e AEA- Sumaré - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sumaré. Como suplentes: IB/ UNESP/ Rio Claro - Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; CIESP/ Piracicaba - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Delegacia Regional de Piracicaba e III - 5 (cinco) representantes dos Municípios: Piracicaba; Santa Gertrudes; Santa Bárbara D'Oeste; Itatiba; e Jundiaí. Como suplentes: Campinas; Campo Limpo Paulista. A Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) passa a ser assim constituída: I – 5 (cinco) representantes dos órgãos e entidades estaduais: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; CETESB - Cia. de Tecnologia de

Saneamento Ambiental; Fundação para Conservação e Produção Florestal; Secretaria da Agricultura e Abastecimento; e SABESP - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Como suplentes: Secretaria do Meio Ambiente; CODASP - Cia. de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo. II - 5 (cinco) representantes das entidades da Sociedade Civil: Preservação - Associação de Preservação do Meio Ambiente de Limeira; Sindicato Rural de Piracaba; ANEDE - Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico; GRUDE/ Americana - Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracaba; e Flora Cantareira - Associação de Recuperação Florestal das Bacias Hidrográficas dos Rios Jaguari, Atibaia, Camanducaia e Sistema Cantareira. Suplentes: AEJ - Associação dos Engenheiros de Jundiá; INEVAT - Instituto de Estudos do vale do Tietê. III - 5 (cinco) representantes dos Municípios: Cabreúva; Capivari; Bragança Paulista; Rio Claro; e Piracaba. Suplentes: São Pedro; Saltinho e Limeira. O Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL) passa a ser assim constituído: I - 7 (sete) representantes dos órgãos e entidades estaduais: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; SRHSO - Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; CETESB - Cia de Tecnologia de Saneamento Ambiental; SMA - Secretaria do Meio Ambiente; SAA - Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Fundação para Conservação e Produção Florestal; e SABESP - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Suplentes: Secretaria dos Transportes Metropolitanos; e Secretaria da Saúde. II - 7 (sete) representantes das entidades da Sociedade Civil: CIESP/ Limeira - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Delegacia Regional de Limeira; ASSEMAE - Associação dos Serviços Municipais de Saneamento Regional São Paulo-Centro; Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracaba, Capivari e Jundiá; CIESP/ Campinas - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Delegacia Regional de Campinas; Sindicato Rural de Campinas; SORIDEMA - Associação Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente; e Sindicato Rural de Piracaba. Suplentes: UNICA - União da Agroindústria Canaveira do Estado de São Paulo; AEJ - Associação dos Engenheiros de Jundiá. III - 7 (sete) representantes dos Municípios: Rio Claro; Piracaba; Jundiá; Americana; Santa Bárbara D'Oeste; Piracaba; e São Pedro. Suplentes: Holambra; Campo Limpo Paulista; Campinas; Hortolândia; e Limeira. IV - representantes dos colegiados abaixo relacionados, com direito à voz, sem direito a voto: Fórum "Entre Serras e Águas" e Colegiado Gestor da APA Cabreúva-Jundiá. O Grupo Técnico de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (GT-ID) passa a ser assim constituído: I - representantes indicados pelas seguintes entidades da sociedade civil: UNESP/ Rio Claro - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; FUMEP -

Fundação Municipal de Ensino de Piracaba; CENA/ USP - Centro de Energia Nuclear da Universidade de São Paulo; UNICAMP - Universidade de Campinas; PRÓ-AGUAR; SORIDEMA - Associação Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente; Colegiado Gestor da APA Cabreúva/ Jundiá; IPEF - Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais. II - representantes dos seguintes órgãos e entidades com atividades nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do Governo Estadual: CETESB - Cia de Tecnologia de Saneamento Ambiental; DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; IAC - Instituto Agrônomo de Campinas; Secretaria de Ciência e Tecnologia. Suplentes: SABESP - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; SMA - Secretaria do Meio Ambiente. III - representantes dos seguintes Municípios: Amparo e Salto. A Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) passa a ser assim constituída: I - 4 (quatro) representantes dos órgãos e entidades estaduais: CETESB - Cia de Tecnologia de Saneamento Ambiental; SRHSO - Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; Secretaria da Saúde; e SABESP - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Suplentes: SMA - Secretaria do Meio Ambiente e DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica. II - 4 (quatro) representantes das entidades da Sociedade Civil: Sindicato dos Engenheiros de Piracaba; SORIDEMA - Associação Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente; ASSEMAE - Associação dos Serviços Municipais de Saneamento- Regional São Paulo-Centro; e CIESP / Rio Claro - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Delegacia Regional de Rio Claro. Suplentes: PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas; CIESP/ Limeira - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Regional Limeira. III - 4 (quatro) representantes dos Municípios: Piracaba; Santa Bárbara D'Oeste; Campo Limpo Paulista; e Capivari. Suplentes: Rio Claro; Holambra; Itatiba; Campinas; e São Pedro. A Comissão Tripartite para Instituição da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracaba, Capivari e Jundiá (CT-AG) passa a ser assim constituída: I - 3 (três) representantes dos órgãos e entidades estaduais: SRHSO - secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; SMA - Secretaria do Meio Ambiente; e DAEE - departamento de Águas e Energia Elétrica. Suplentes: Secretaria da Agricultura e Abastecimento; CETESB - Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental. II - 3 (três) representantes das entidades da Sociedade Civil: CIESP/ Campinas - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Delegacia Regional de Campinas; Sindicato Rural de Campinas; e Fórum Permanente das Entidades Cíveis que exercem atividades nas Bacias dos Rios Piracaba, Capivari e Jundiá. Suplentes: Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracaba, Capivari e Jundiá; SORIDEMA - Associação Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente. III - 3 (três) representantes

dos Municípios: Santa Bárbara D'Oeste; Piracicaba; e Valinhos. Suplentes: Holambra; Campinas. O Grupo Técnico de Águas Subterrâneas (GT-AS) passa a ser assim constituído: I – representantes dos órgãos estaduais e federais: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; CETESB - Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental; IG - Instituto Geológico do Estado de São Paulo; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria da Agricultura e Abastecimento; IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Suplentes: SABESP - Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; Fundação para Conservação e Produção Florestal. II – representantes das entidades que operam os serviços de água e esgoto dos municípios do CBH-PCJ: Sumaré; Rio Claro; Americana; Vinhedo; Santa Gertrudes; Amparo; Campinas - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento; Piracicaba - Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba. III – representantes das Universidades e Instituições de Pesquisa: UNESP/ Rio Claro - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. IV - Representantes da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas –ABAS. V - Representantes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia–CREA. VI- Representantes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –ABES. VII - Representantes das empresas de prestação de serviços (consultoras e empreiteiras de obras): Sondágua – Poços Artesianos/Piracicaba; Constroli – Poços Artesianos/Garça; Sondamar Poços artesianos Ltda.; GEOPLAN - Sistemas Integrados de Águas e Efluentes. VIII - Representantes das entidades da Sociedade Civil organizada, com atuação na área de águas subterrâneas: SORIDEMA - Associação Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente; Sindicato Rural de Campinas; Preserv-Ação - Associação de Preservação do Meio Ambiente de Limeira; e IPAL/ 2001 - Instituto de Pesquisa Ambiental de Louveira. Suplentes: CIESP/ Rio Claro - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo- Delegacia Regional de Rio Claro. O Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico (GT-MH) passa a ser assim constituído: I – representantes dos órgãos estaduais e federais: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; SABESP - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; CETESB - Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental; IAC - Instituto Agrônomo de Campinas; Secretaria de Energia; e SRHSO - Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras. Suplentes: IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas; IG - Instituto Geológico do Estado de São Paulo. II – representantes das entidades que operam os serviços de água e esgoto dos municípios do CBH-PCJ: Sumaré; Valinhos; Jundiaí; Bragança Paulista; Americana; e Piracicaba. III – representantes das entidades da Sociedade Civil Organizada: UNICAMP - Universidade de Campinas; Sindicato Rural de Rio Claro; CENA/ USP - Centro de Energia Nuclear da

Universidade de São Paulo; Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; UNESP/ Rio Claro - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; e SORIDEMA - Associação Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente. Ficou instituído, no âmbito do Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico (GT-MH), do CBH-PCJ, o Subgrupo de Monitoramento Microbiológico (SG-MB), que passa a ser assim constituído: I – representantes de órgãos estaduais e federais: CETESB - Cia de Tecnologia de Saneamento Ambiental; SABESP - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; Secretaria da Saúde; Secretaria da Agricultura e Abastecimento; e Instituto Adolfo Lutz. Suplentes: Secretaria do Meio Ambiente; IB - Instituto Biológico. II – representantes das entidades que operam os serviços de água e esgoto dos municípios do CBH-PCJ: Sumaré; Valinhos; Jundiaí; Holambra; e Americana. III – representantes das entidades da Sociedade Civil Organizada: CIESP/ Limeira - Centro das indústrias do Estado de São Paulo - Delegacia Regional de Limeira; PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas; SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento de Campinas; UNESP/ Rio Claro - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; SEMAE/ Piracicaba - Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba. Foram esclarecidos todos os artigos da referida Deliberação e, após, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 108/2001, sendo aprovada por unanimidade. **6. Definição de Procedimentos e cronograma de atividades para análise e manifestação do CBH-PCJ sobre a Usina de Geração de Energia Carioba II:** O Eng.º Moretti, esclareceu que, com relação à Carioba II, na folha 20 do material fornecido, encontra-se o convite para as quatro Audiências Públicas que serão realizadas sobre o empreendimento “Termoelétrica Carioba II”, de Americana. A primeira será dia 24 de maio, em Limeira; depois, 29 de maio em Paulínia, 04 de junho em Piracicaba e 07 de junho em Americana. A proposta da Direção do Comitê, para a programação da análise da Carioba, é de se aguardar a realização das quatro Audiências Públicas, de 24 de maio a 07 de junho, para permitir que todos os membros do Comitê tenham condições de tomar conhecimento dos anseios e preocupações das comunidades, inclusive dados do empreendimento, pois os empreendedores estarão fazendo as suas apresentações. Foi sugerido pelo Eng.º Moretti que, após as audiências, seja realizado um Seminário, no âmbito do Comitê, com o empreendedor, para que este possa esclarecer as dúvidas dos membros do Comitê. Nesse Seminário, seriam constituídos três ou quatro Grupos de Trabalho os quais analisarão tópicos específicos do EIA/RIMA do empreendimento, relacionados com recursos hídricos e o desenvolvimento

da nossa região. Esses grupos teriam um prazo para fazer essas análises e os resultados seriam posteriormente, consubstanciado, no GT-PL. O GT-PL elaborará um parecer, com base nos relatórios dos três ou quatro grupos. Esse parecer será submetido ao Plenário do Comitê. Essa é a proposta da forma de análise do EIA/RIMA e da implantação do empreendimento. Após discussões e sugestões acatou-se a sugestão do Sr. Marcos de Marchi - Representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sumaré de que tenhamos um Grupo de Trabalho acompanhando as Audiências Públicas. Foram levantadas duas propostas: I - Que se encaminhe o assunto para as Câmaras e Grupos Técnicos; II - Que se façam três ou quatro grupos para tópicos específicos. Colocadas em discussão, ficou aprovada, por unanimidade, a composição de três ou quatro grupos sobre temas, com os membros das Câmaras, Plenário e Grupos Técnicos se mesclam. Ficou estabelecido que em meados de junho, a Secretaria Executiva fará acontecer o Seminário e os grupos de trabalho serão formados após o Seminário. Será dado prazo de 30 dias para se manifestarem. Após, o GT-PL fará a consolidação do Parecer. **7. Outros Assuntos: 7.1. Solicitação da Sociedade Civil:** o Eng.º Moretti informou que alguns membros da Sociedade Civil, fizeram uma reivindicação para que a Secretaria Executiva fizesse a convocação, ou o Convite, para as reuniões do Plenário, e que os Coordenadores das Câmaras e Grupos Técnicos também convidassem entidades da Sociedade Civil que não estão nem no Plenário nem nas Câmaras Técnicas, mas que teriam interesse na participação dos eventos. A Secretaria executiva, recebendo um Ofício manifestando interesse dessas entidades em estar participando dessas reunião, faria as convocações para as reuniões Plenárias, repassando essas convocações para as Câmaras e Grupos de interesse. Houve manifestação favorável do Plenário quanto a se adotar esse procedimento. **7.2. Repasse de recursos para produção de água:** Houve manifestação do representante da Fundação Florestal, Sr. Nelson Barbosa, que mencionou sobre a aplicação de recursos para a parte de quantidade e escassez de água, que é muito importante, mas no entanto, hoje quando se falou em recursos, só se falou em recursos para tratamento de esgoto e não se priorizou recursos para outras áreas. O Presidente do CBH-PCJ se colocou à disposição para ajudar na obtenção de recursos para outras áreas que não

sejam só para o tratamento de esgotos, mas solicitou que sejam apresentados projetos. **7.3. Campanha do GT-MH:** O Eng.º Sebastião Bosquilia - Coordenador do GT-MH esclareceu que o Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico do Comitê está coordenando uma campanha, juntamente com o Consórcio das Bacias, que é a Campanha do Uso Racional da Água e da Energia. Informou que foi elaborado um “kit” referente à Campanha, onde a CPFL deu apoio na produção do ‘spot’ de rádio, no folder de dicas de economia de água e energia, out-doors, cartazes, material dirigido à rede escolar de 1ª à 4ª séries. Nessa Campanha, o que se pretende é que ela esteja sendo distribuída pelo Consórcio e pelo Comitê e apoiada, no lançamento da Campanha de Uso Racional da Água e da Energia nas nossas bacias, que deve acontecer até o começo do mês de junho. Solicitou, também, que as Prefeituras e os DAE’s presentes, possam estar indicando os representante, aqui hoje, para fazer a divulgação da Campanha nos seus municípios. O Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico juntamente com o Consórcio, deverá estar entregando, nos municípios, um kit para divulgação, já pronto. Basta que eles coloquem o seu nome no material, e divulguem nos seus municípios. **7.4 . manifestação do Representante do IGAM:** O representante do IGAM, Sr. Willer Pós, cumprimenta a todos e menciona que a reunião do Comitê foi uma lição de democracia que pôde-se observar. Comentou que isso é, na verdade, a grande tônica dos Comitês: discussão ampla, aberta, onde todos os projetos, bons projetos políticos, têm um cunho técnico. Quando se observa essa luta para que haja representatividade de um setor ou de uma região, isso é muito bonito. Afirmou que Minas Gerais mais uma vez, coloca sua mensagem de que é parceira de São Paulo. Agradeceu o convite e à brilhante demonstração tanto de planejamento, aos prefeitos presentes, e colocou o Estado de Minas Gerais e o IGAM de portas abertas para o Comitê. O presidente do Comitê também elogiou a maneira como Minas tem participado de todo esse processo de formação do comitê Federal. **8. Encerramento:** O Prefeito de Amparo, César Pagan, agradeceu a presença de todos, convidando para continuarem no período da tarde com a apresentação da ANA. Em seguida o Presidente, Cláudio de Mauro, agradeceu a presença de todos, ao Prefeito de Amparo pela recepção oferecida e deu por encerrada a reunião.

Luiz Roberto Moretti  
Secretário Executivo

Eduardo Lovo Paschoalotti  
Vice-Presidente

Cláudio Antônio de Mauro  
Presidente